

## **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 60, DE 2015 (MENSAGEM Nº 341, de 2014)**

Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo, assinado em Luxemburgo, em 22 de junho de 2012.

**Autora:** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

**Relator:** Deputado ADELMO CARNEIRO LEÃO

## **I – RELATÓRIO**

A Proposição em tela visa a aprovar o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo, assinado em Luxemburgo, em 22 de junho de 2012.

Segundo a Mensagem nº 341, de 2014, do Poder Executivo, “no contexto do crescente fluxo internacional de trabalhadores e da transformação do Brasil de país de destino em país de origem de imigrantes, tornam-se ainda mais relevantes as iniciativas destinadas a proteger os trabalhadores brasileiros no exterior e de oferecer essa mesma proteção aos estrangeiros radicados em nosso País.”

Destaca ainda a Mensagem referida, que “além de estender aos trabalhadores de cada país residentes no território do outro o acesso ao sistema de previdência local, o Acordo de Previdência Social deverá aproximar e intensificar as relações bilaterais, na medida em que institua mecanismos de cooperação e coordenação entre ministérios, agências e institutos do Brasil e de Luxemburgo.”

Por fim, a Mensagem enviada reforça que “esse Acordo foi firmado com o objetivo principal de permitir que os trabalhadores que

contribuíram para os dois sistemas somem os períodos de contribuição para atingirem o tempo mínimo necessário à obtenção de aposentadorias e demais benefícios previdenciários. Cada sistema pagará ao beneficiário, pelos dispositivos do acordo, montante em sua própria moeda equivalente ao período de contribuição efetuado no respectivo país (pro rata tempore).”

O projeto de Decreto Legislativo em análise foi precedido pelo Parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional ao Acordo proposto e distribuído para apreciação conclusiva da Comissão de Seguridade Social e Família, da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No prazo regimental, não foram apresentadas Emendas nesta Comissão de Seguridade Social e Família.

É o Relatório.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Conforme o art. 49 da Constituição Federal, é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. De acordo com o art. 84, inciso VIII, da Carta Magna, compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

O presente Acordo visa a estabelecer regras entre os sistemas de previdência do Brasil e de Luxemburgo, de forma a permitir ao segurado agregar os tempos de contribuição de cada sistema, para manter os seus direitos de segurado em ambos os países e completar os requisitos de aposentadoria e de outros benefícios em ambos os países, sem distinção.

O Projeto de Decreto Legislativo em apreciação e o texto do acordo encontram-se de acordo com a boa técnica legislativa. Proteger o trabalhador que busca outros países para tentar a vida e trabalhar em prol de sua família por meio de acordos internacionais que viabilizem seus objetivos está de acordo com a política brasileira para o setor. De acordo com esta

Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF, o texto do acordo é adequado à legislação vigente.

O ordenamento jurídico e as disposições constitucionais vigentes em nosso país, com destaque com a cooperação dos povos e a proteção dos direitos humanos e do trabalhador se encontram presentes no texto do acordo.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2015.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2015.

Deputado ADELMO CARNEIRO LEÃO  
Relator